



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 637448 - RJ (2020/0348975-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : FERNANDO MAXIMO DE ALMEIDA PIZARRO DRUMMOND
E OUTROS
ADVOGADOS : FERNANDO MÁXIMO DE ALMEIDA PIZARRO DRUMMOND -
RJ061557
HOMERO DAS NEVES FREITAS FILHO - RJ061656
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JOSE FERNANDO MORAES ALVES (PRESO)
CORRÉU : RAFAEL FERREIRA ALVES
CORRÉU : MARCELO BEZERRA CRIVELLA
CORRÉU : MAURO MACEDO
CORRÉU : EDUARDO BENEDITO LOPES
CORRÉU : MARCELLO DE LIMA SANTIAGO FAULHABER CAMPOS
CORRÉU : MARCELO FERREIRA ALVES
CORRÉU : ISAIAS ZAVARIZE
CORRÉU : RODRIGO SANTOS DE CASTRO
CORRÉU : LEONARDO CONRADO NOBRE FERNANDES
CORRÉU : RODRIGO VENANCIO OLIVEIRA FONSECA
CORRÉU : JOAO ALBERTO FELIPPO BARRETO
CORRÉU : SABRINA GONCALVES ALEXANDRE
CORRÉU : LICINIO SOARES BASTOS
CORRÉU : BRUNO MIGUEL SOARES DE OLIVEIRA E SA
CORRÉU : CHRISTIANO BORGES STOCKLER CAMPOS
CORRÉU : MAGDIEL UNGLAUB
CORRÉU : ADENOR GONCALVES DOS SANTOS
CORRÉU : ARTHUR CESAR DE MENEZES SOARES FILHO
CORRÉU : LUIZ ROBERTO DE MENEZES SOARES
CORRÉU : MARCUS VINICIUS DE MENEZES SOARES
CORRÉU : SERGIO MIZRAHY
CORRÉU : ALDANO ALVES
CORRÉU : BRUNO DE OLIVEIRA LOURO
CORRÉU : JOÃO CARLOS GONÇALVES REGADO
CORRÉU : CARLOS EDUARDO ROCHA LEO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE FERNANDO MORAES ALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O paciente foi denunciado como incurso nos arts. 2º, §4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013; 317, § 1º, do Código Penal; e 1º, §4º, da Lei n. 9.613/1998, tendo sido preso em 21/12/2020, em cumprimento a mandado de prisão preventiva expedido de forma originária pela desembargadora relatora do feito, em razão do foro por prerrogativa de função ostentado pelo codenunciado Marcelo Crivella, prefeito do Município do Rio de Janeiro.

Alega o impetrante que o paciente se encontra na mesma situação jurídica do codenunciado Marcelo Crivella, beneficiado com a substituição da prisão preventiva por domiciliar, condicionada ao cumprimento de outras medidas cautelares, nos autos do HC n. 636.740-RJ.

Aduz ainda que estão ausentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, que é insuficiente a fundamentação do decreto prisional e que o requerente se encontra acometido por sintomas da covid-19.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que o paciente seja colocado em liberdade. Subsidiariamente, requer seja substituída a prisão preventiva por outras medidas cautelares diversas do cárcere.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No caso sob exame, tal excepcionalidade não se faz presente.

Ao paciente são imputados crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção ativa, estes últimos por diversas vezes.

Segundo a decisão impetrada, existem indícios suficientes de autoria e de materialidade delitivas, estando presente ainda o *periculum libertatis*, tendo em vista a necessidade de interromper o fluxo de atividades espúrias desenvolvidas pela suposta organização criminosa, sendo inviável, nesse momento de cognição sumária, a revogação da medida extrema.

Ressalte-se que, conforme já decidido por esta Presidência em pedido de extensão apresentado nos autos do HC n. 636.740-RJ, o impetrante não demonstrou que o paciente se enquadra no grupo de vulneráveis à contaminação pelo novo coronavírus, não havendo, portanto, identidade da situação fático-processual que autorize a extensão

do benefício da prisão domiciliar concedido ao codenunciado Marcelo Crivella.

Também não foram apresentados documentos que comprovem que o paciente esteja de fato acometido pela covid-19, tampouco a impossibilidade de prestação do tratamento médico adequado dentro do estabelecimento prisional em que se encontra recolhido, caso haja necessidade.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se, portanto, que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, devendo-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo do presente *writ*.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente